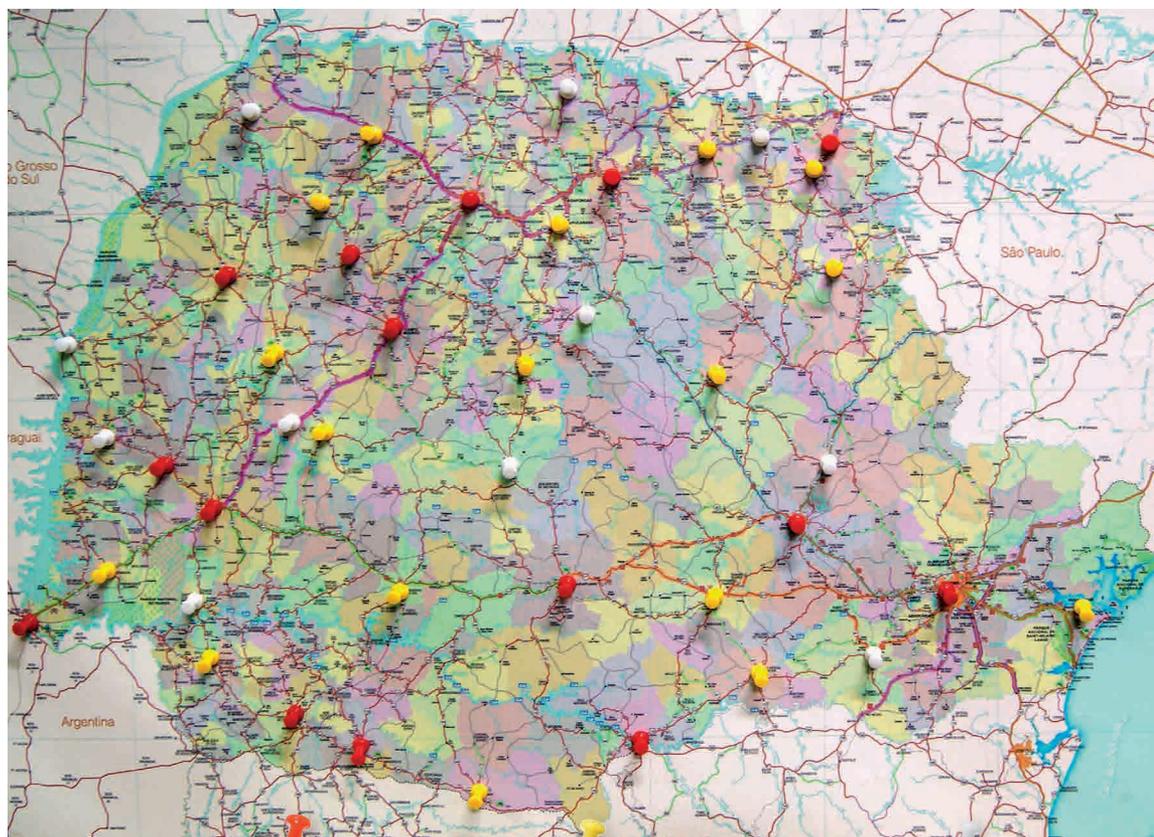


JORNAL DO SINDISEAB

UM JORNAL EM DEFESA DA CIDADANIA, DO SERVIÇO PÚBLICO E DOS SERVIDORES

SINDICATO
ESTADUAL
DOS SERVIDORES
PÚBLICOS
DA AGRICULTURA,
MEIO AMBIENTE,
FUNDEPAR E
AFINS

Cada servidor deve ser um fiscal do SAS



| (alfinete vermelho) | (alfinete amarelo) | (alfinete branco) |
|------------------------|--|--|
| Macrorregionais | Mesorregionais em atividade | Mesorregionais sem atendimento |
| 01) Campo Mourão | 01) Ivaiporã | |
| 02) Cascavel | 02) Campina da Lagoa | 01) Capitão Leônidas Marques 02) Ubitatã |
| 03) Cianorte | 03) Rondon | |
| 04) Curitiba | 04) Paranaguá | 03) Lapa |
| 05) Foz do Iguaçu | 05) Medianeira | |
| 06) Francisco Beltrão | 06) Realeza | |
| 07) Guarapuava | 07) Laranjeiras do Sul | 04) Pitanga |
| 08) Jacarezinho | 08) Santo Antônio da Platina 09) Tomazina | |
| 09) Londrina | 10) Apucarana 11) Cornélio Procopio | 05) Bandeirantes 06) Faxinal 07) Florestópolis |
| 10) Maringá | 12) Paranavaí | 08) Loanda |
| 11) Pato Branco | 13) Palmas | |
| 12) Ponta Grossa | 14) Irati 15) Telêmaco Borba | 09) Castro |
| 13) Toledo | | 10) Guaíra 11) Marechal Cândido Rondon |
| 14) Umuarama | 16) Goioerê | |
| 15) União da Vitória | 17) São Mateus do Sul | |

Atendimento à saúde é direito nosso

O site do SAS diz que o sistema "é um benefício concedido pelo Governo do Estado", mas a Constituição Estadual (Art. 42. § 1º) determina que o Estado deve manter "instituição destinada à concessão e manutenção de benefícios previdenciários e de atendimento à saúde dos servidores"... Logo, não é um presente, mas uma obrigação! Sendo assim, o SINDISEAB está convocando todos os associados para fiscalizar o atendimento em saúde oferecido pelos hospitais credenciados, que recebem do Estado cerca de R\$ 140 milhões anuais pelos serviços. Entenda a estrutura do SAS e saiba quais são as principais reclamações dos associados do SINDISEAB, na PÁGINA 03

Congresso do SINDISEAB

■ **Conheça os temas a serem debatidos no evento marcado para setembro**

PÁGINA 02.

Fórum dos Servidores

■ **Confira o calendário de atividades e a pauta para o 2º semestre**

PÁGINA 04.

Súmula Vinculante 33?

■ **Saiba o que o STF decidiu sobre aposentadoria especial para servidores públicos**

PÁGINA 04.

EDITORIAL

Reta final para o Congresso

Os preparativos para o mais esperado acontecimento de 2014 estão em ritmo acelerado.

Na reunião ordinária da Diretoria Executiva Estadual, em 1º de julho, o principal ponto em pauta foi o Congresso do SINDISEAB programado para os dias 17 a 19 de setembro, no Hotel Condor em Curitiba.

O evento vai reunir 70 delegados efetivos (onze da capital e 59 do interior) e quatro suplentes para aprovar as mudanças estatutárias. Está prevista a participação de até 10 observadores. Além disto, serão aprovadas teses defendendo ideias e diretrizes para o sindicato, inscritas até 31 de julho, para os seguintes temas:

- Sindicalismo;
- Movimento Sindical e o Mundo do Trabalho;
- Desenvolvimento socioeconômico e ambiental (Código Florestal, Agenda 21 e mudanças climáticas);
- Administração Pública, Políticas Públicas e Sociedade;
- Reforma do Estatuto Social.

Publicação das teses

Os associados devem fazer

uma discussão prévia sobre os textos a serem aprovados no congresso. Para tanto, as teses e propostas de alterações no Estatuto do SINDISEAB serão publicadas com antecedência. As regras para a publicação serão definidas na próxima reunião da Executiva, no dia 05 de agosto.

Pesquisa Participativa

É nossa obrigação - enquanto servidores públicos estaduais e cidadãos que utilizam os serviços públicos - dar nossa contribuição para construir uma sociedade melhor.

No Congresso do SINDISEAB vamos também aprovar o documento "Diretrizes de Políticas Públicas & Gestão de Pessoas - uma contribuição do SINDISEAB" a ser encaminhado aos partidos políticos e candidatos a governador do Paraná.

A pesquisa participativa é aberta a todos os associados do SINDISEAB de todas as instituições da base sindical. O formulário já foi enviado por email e por malote para as lideranças regionais.

FORMAÇÃO

Últimas vagas para 2014

A política de Formação do SINDISEAB, em parceria com o ITEDES - Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e Social - tem trazido grandes resultados.



Até o mês de julho, 114 servidores filiados já participaram dos níveis 1 e 2 da nova edição do Curso de Formação "Educação para Cidadania" do SINDISEAB. Ao final de cada módulo, os alunos avaliam o curso, tanto oralmente; quanto por escrito. A aprovação do formato e método utilizados é de praticamente 100%.

Em 2011, o "Educação para a Cidadania e Desenvolvimento Sustentável" (nível 1) obteve um total de 134 participantes. O curso teve como objetivo fazer o servidor pensar (Sociedade, Estado, Meio Ambiente e Sindicato) sob a ótica dos trabalhadores. Na ocasião, os associados se autodenominaram "guerreiros do meio ambiente"!

A decisão de continuar a investir nos Cursos de Formação foi renovada no Planejamento Estratégico do SINDISEAB, em 26 e 27 de setembro de 2013. O ano de 2014 foi destinado basicamente ao nível 2; o nível 3 está previsto para 2015.

Inscrições

Os cursos de Formação do SINDISEAB são totalmente gratuitos, com certificação e exclusivos para associados ao sindicato (ativos ou aposentados). Para fazer a inscrição, envie um email com seu nome completo, telefone e a cidade que reside para doni-

zetti@sindiseab.org.br. As inscrições encerram-se sempre 20 dias antes da data prevista. Então, fique de olho no calendário!

Próximas turmas

O nível 2, em Guarapuava, tem 40 vagas (até o fechamento desta edição restavam apenas 10) e está marcado: * dias 13 e 14 de agosto (etapa 1); * e dias 27 e 28 de agosto (etapa 2).

Na sequência, vêm os cursos em Curitiba, com 40 vagas em cada fase, dirigidos aos associados da capital, Região Metropolitana e Litoral:

- * Nível 1 - dias 14, 15 e 16 de outubro;
- * Nível 2 - dias 12, 13 de novembro; e 26 e 27 de novembro.

Nota: o servidor não associado deve se filiar antes da inscrição. Para tanto, procure os nossos dirigentes regionais ou envie um email para o Secretário Geral, Donizetti Silva.

Congresso do SINDISEAB

Participe, leia, discuta, decida!
Somos nós que fazemos o sindicato,
pois o SINDISEAB é nosso!!!

17 a 19 de setembro
Hotel Condor - Curitiba

Cursos de Formação realizados em 2013/2014

| Região | Nível 1 | Nível 2 | Total |
|-------------------|-----------|-----------|------------|
| Paranavaí | 25 | 47 | 72 |
| Cornélio Procopio | - | 27 | 27 |
| Toledo | - | 15 | 15 |
| Total | 25 | 89 | 114 |

EXPEDIENTE

JORNAL DO SINDISEAB | Órgão de divulgação do Sindicato Estadual dos Servidores Públicos da Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar e Afins. **Endereço:** Rua Dr. Manuel Pedro, 729 - Cabral - Curitiba/PR - CEP 80035-030 | **Fone/Fax:** (41) 3253.6328 | **E-mail:** sindiseab@sindiseab.org.br | **Site:** www.sindiseab.org.br | **Jornalista Responsável:** Cláudia Maria de Moraes (MTB 3186) **e-mail:** jornalismo@sindiseab.org.br | **Projeto gráfico e diagramação:** Excelência Comunicação | **Tiragem:** 2.000 exemplares | **Impressão:** Mega Gráfica Editora (3598.1113) | **Distribuição Gratuita e Dirigida** | Os artigos não assinados são de responsabilidade da Diretoria.

DIRETORIA EXECUTIVA ESTADUAL: Presidente: Roberto Carlos Prazeres de Andrade Silva (SEAB/Curitiba); **Vice-Presidente:** Luiz Carlos Dalpiaz (IAP/Curitiba); **Secretária Geral:** Donizetti Aparecido Rosa da Silva (SEAB/Maringá); **1º Secretário:** Elci Terezinha Veiga Costa (IAP/Ponta Grossa); **2º Secretário:** Heitor Rubens Raymundo (IAP/Curitiba); **Tesoureira Geral:** Maria Auxiliadora Fernandes (BPPR/Curitiba); **1º Tesoureiro:** Mário do Rocio Kulyk (IAP/Francisco Beltrão); **Conselho Fiscal:** Arthur Bintencout Filho (SEAB/Guarapuava); Antoninho Fontanella (SEAB/Francisco Beltrão); Milton Vasconcelos Guedes (ADAPAR/Curitiba).



- FONE/FAX: (41) 3253.6328
- E-MAIL: sindiseab@sindiseab.org.br
- SITE: www.sindiseab.org.br

SAÚDE

Segundo o DAS, hospitais do SAS não podem cercear atendimento

O hospital de referência de cada região tem que atender a demanda do número de vidas seguradas.

Há anos o Fórum das Entidades Sindicais vem reivindicando um novo plano de saúde para os servidores por considerar o formato do SAS inviável. Em sua última greve, a APP-Sindicato conquistou a realização de reuniões periódicas para discutir:

- * estrutura regional do sistema;
- * cobertura do plano;
- * modelo de gestão;
- * financiamento;
- * e fundo de manutenção do plano.

Foi instituída, então, uma Comissão de Saúde composta por representantes do governo (SEAP e DAS) e do Fórum.

Registros insuficientes

Faltam estatísticas do efetivo uso do sistema: consultas, exames, procedimentos e internamentos. O governo espera sanar este problema com os registros do Cartão Vida anunciado desde março. O cartão, pessoal e intransferível, será enviado a todos os beneficiários do SAS. A implantação acontecerá somente em setembro de 2014.

Segundo o governo, o Cartão Vida deve “modernizar o processo de gestão, proporcionando ao portador acesso direto à rede do SAS, além de melhorar os canais de comunicação e de garantir maior agilidade no atendimento e exames.”



A nossa representante na Comissão de Saúde do FES, Maria Auxiliadora Fernandes, tem acompanhado as reuniões.

Servidores devem fiscalizar

Se os usuários não reclamam, o governo conclui que o sistema funciona bem. A partir do momento que o servidor registra a ocorrência no site do SAS, o caso entra para as estatísticas ao mesmo tempo em que um médico auditor entra em contato com o prestador de serviços mencionado para resolver o problema. O DAS considera cada um dos servidores como um fiscal do sistema.

Do que reclamar?

Desde mau atendimento até limitação de consultas, demora de liberação ou negação de exames, enfim, qualquer tipo de insatisfação deve ser registrada.

Registrando a ocorrência

Acesse o site do SAS (www.sas.pr.gov.br), clique no link Fale Conosco - Registre a Ocorrência: preencha o formulário, envie e anote o número do protocolo. Segundo o DAS, nenhuma dúvida ou reclamação que chega através do site fica sem resposta. Elas são encaminhadas aos usuários no período máximo de uma semana. É necessário lembrar que alguns dados são importantes para as respostas chegarem mais rápido como: nome, telefone e cidade.

Não se esqueça de mandar o número do protocolo para o SINDISEAB. Com ele, o sindicato pode ter uma conversa direta com o pessoal do DAS e intervir em casos mais urgentes.

Estrutura do SAS

O Sistema de Assistência à Saúde (SAS) cobre atendimento a 435 mil usuários entre servidores ativos, aposentados, pensionistas e dependentes. É dividido em 15 Macrorregionais e, hoje, apenas 17 Mesorregionais. Somando com as 11 Meso que estão com atendimento suspenso, seriam 28. Além disso, existem oito Núcleos Avançados do SAS, cada um com um funcionário destacado especificamente para fazer a mediação entre o usuário e os prestadores de serviço.

O SAS não é uma dádiva. É uma obrigação prevista no Art. 42 da Constituição Estadual que determina ao governo que dê assistência à saúde dos servidores.

Também não sai de graça. No total, o governo paga mais de R\$ 140 milhões/ano para que os hospitais de referência deem todo o atendimento necessário aos usuários respeitando a cobertura e ex-

clusões previstas nos contratos. Caso não haja a especialidade no local, o hospital deve subcontratar médicos, clínicas e laboratórios para que prestem os serviços.

Inclusive, segundo o site do SAS, “a relação nominal de médicos, clínicas, hospitais, serviços ou laboratórios que estarão disponíveis para o atendimento dos beneficiários de cada Região do SAS, deverá ser fornecida pelo hospital ou instituição contratada.”

O que cobre e o que exclui

No site do SAS é possível encontrar as listas de todos serviços contratados em cada Macro e Mesorregião. No rodapé da página inicial constam os itens “Cobertura Assistencial” e “Exclusões”. O SAS tem cobertura prevista na Tabela de Honorários da Associação Médica Brasileira (AMB) para patologias constantes na Classificação Interna-

cional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID 10).

Entre os tratamentos sem cobertura estão cirurgia para fins estéticos e especialidades não reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina; mas estão também transplante de órgãos, ressonância magnética, cirurgia cardíaca e procedimentos terapêuticos em cardiologia (angioplastia).

Até quando?

Todos os contratos com os hospitais de referência encerram-se em janeiro de 2015, quando estará tomando posse o novo governo eleito em outubro deste ano. O que se sabe é que o dinheiro público (às vezes com atraso) continua a ser depositado, mês a mês, para que os servidores sejam atendidos. E, enquanto não houver outro modelo de saúde, o funcionalismo continua a depender do SAS.

Levantamento do SINDISEAB

No mês de junho, os nossos dirigentes fizeram relatos sobre as condições de atendimento no interior. As maiores dificuldades descritas estão na marcação de consultas com especialistas, nas distâncias a serem percorridas para obter atendimento e limitações de número de consultas por mês.

Além disso, os servidores apontaram falta de especialidades básicas em Mesorregionais e problemas para liberação de exames. Confira as principais reclamações:

- * demora de até 30 dias para consulta básica;
- * demora de consulta com especialistas, em média, de 60 a 90 dias. Foram citados casos de até seis meses de espera;
- * limitação de consultas: em pediatria, apenas no turno noturno e outros especialistas atendem apenas cinco consultas/mês;
- * falta de atendimento básico de ortopedia e oftalmologia em diversas Mesorregionais e até pediatria em Macrorregionais;
- * a falta de especialistas é generalizada;
- * faltam de exames (ou credenciado cobra particular);
- * demora para liberação de exames;
- * mau atendimento;
- * demora para retorno para apresentar exames ao médico;
- * poucas acomodações para internações em Campo Mourão.
- * distância de até 250 km para atendimento (de Ivaiporã a Campo Mourão), considerando ida e volta.

Servidores precisam conhecer o sistema

Nota-se, pelos relatos, que uma das providências a serem tomadas pelo movimento sindical é fornecer informações aos associados para que todos conheçam os seus direitos; reivindiquem atendimento de qualidade no Hospital Referência; e registrem reclamações através do site do SAS para que as deficiências no atendimento entrem para as estatísticas.

Alguns de nossos representantes desconhecem a cobertura, exclusões e até locais de atendimento do SAS. Cabe ao sindicato capacitar os dirigentes regionais para que se tornem fiscais do sistema e se transformem, além de referências locais, em multiplicadores de informações e orientações para os servidores públicos de sua região.

Com a proximidade do processo eleitoral, vamos intensificar os estudos para elaborar uma proposta a ser entregue aos candidatos para que defendam os interesses da categoria em seus mandatos. O texto será aprovado no Congresso Estadual do SINDISEAB.

A proposta do FES para um Novo Modelo de Saúde é o IPE-Saúde, baseado no sistema de atendimento dos servidores estaduais do Rio Grande do Sul, que está em trâmite na Assembleia Legislativa do Paraná sob o número PL 89/2014.

FES
faz

MOBILIZAÇÃO

Plenária reestrutura Fórum dos Servidores

Elaine Rodella assume a Coordenação Geral.

Em 02 de julho, a plenária do Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores Públicos Estaduais (FES) definiu que, até 30 de setembro, Elaine Rodella (SindSaúde) é quem vai representar politicamente a Coordenação Geral do FES (substituindo a Marlei). A coordenação é composta também por Hermes Silva Leão (APP-Sindicato), Donizétti Silva (SINDISEAB) e Celso Nascimento (SINTEEMAR).

A Gestão de Finanças está com Idemar Vanderlei Beki (APP-Sindicato) e Maria Auxiliadora (SINDISEAB); e, na Comissão de Saúde, Hermes Silva Leão e Idemar Vanderlei Beki (APP-Sindicato), Elaine Rodella (SindSaúde), Maria Auxiliadora (SINDISEAB) e Pedro Blaszczak (Sintespo). Apoiada pela assessoria técnica de Silvana Gomes (APP-Sindicato).

Próximas atividades do FES

* **12 de agosto:** plenária para decidir se participa do Ato Público da APP de 30 de agosto e demais itens da pauta;

* **30 de setembro:** plenária para organizar o Dia do Servidor Público; reestruturação da coordenação do FES; eleições/políticas públicas, etc;

* **21 de outubro:** Dia do Servidor Público, com Ato Público e reunião com a SEAP. A principal reivindicação: SAÚDE!!!

Pauta de Reivindicações

* **Novo Modelo de Saúde** - o tema não é unanimidade no FES. A APP e outros sindicatos querem a implantação de um novo modelo; o SindSaúde-PR defende o fortalecimento do SUS; e o SINDISEAB defende a extensão do auxílio-saúde nos moldes do Poder Judiciário e Ministério Público do Paraná (entre R\$ 121,33 até R\$ 727,96, de acordo com a faixa etária do servidor) para todos os servidores públicos estaduais; mas luta para que o SAS atenda bem enquanto estiver em vigência. Há consenso, no Fórum, que a Comissão de Saúde do FES continue o debate com o governo;

* **Decreto 6805/12** - a APP-Sindicato está fazendo a análise jurídica sobre o decreto que regulamenta a perícia para concessão de licença médica e readaptação de função dos servidores por motivos de saúde; No Art. 20, o decreto 6805/12 admite que a readaptação de função - quando um servidor fica incapacitado de cumprir sua função original por doença - seja revista. A revisão pode ser solicitada pelo próprio servidor; pela chefia direta ou pela própria Divisão de Medicina e Saúde Ocupacional - DIMS. Há relatos de chefias usando tal poder para prejudicar servidores readaptados, forçando-os a voltar à função de origem contrariando até mesmo laudos médicos.

* **Projeto de Lei Saúde do Trabalhador** - a Comissão de Saúde do FES fará uma conversa com a Casa



Fórum reunido organizando ações para o segundo semestre.

Civil e com o relator do Projeto de Lei na Assembleia Legislativa sobre o trâmite do projeto de lei elaborado pelo Fórum;

* **ParanaPrevidência** - o FES quer que o governo reconheça o direito à aposentadoria especial para os servidores públicos conforme a 33ª Súmula Vinculante do STF. Em 06 de agosto, governo e Fórum se reúnem para debater o assunto.

* **Enquadramento** - a PGE determinou à SEAP que sejam reanalisados todos os 651 processos citados no acórdão do TCE-PR que foram indeferidos por documentação incompleta. O Fórum está acompanhando o assunto. A SEAP já confirmou que recebeu o ofício enviado pela PGE e publicará uma resolução conjunta instalando uma comissão que vai analisar os processos. A previsão é de que isso aconteça no mês agosto.

* **Manutenção das gratificações para dirigentes** - numa atitude antissindical, o governo suspendeu o pagamento de gratificações para dirigentes liberados para os sindicatos.



Sindicato oficializa reivindicações

O SINDISEAB está sempre em movimento pela defesa dos direitos e melhor qualidade de vida de seus associados. Seja através da luta, ações judiciais ou pela via administrativa.

* **Perícia Médica em Toledo** - já há mais de um ano, o SINDISEAB noticiou a necessidade de uma Junta de Inspeção e Perícia Médica em Toledo, pois os servidores da região são atendidos em Cascavel, onde o médico fazia plantão de apenas uma hora por dia.

Conforme divulgamos, no mês passado, a situação piorou. O médico nem plantão faz mais. Atende só via agendamento telefônico. Agora, o sindicato está oficialmente reivindicando a instalação de um posto de perícia em Toledo.

(Of. nº. 39 - SID nº 13.257.490-1 - SEAP - Solicita a Criação da Junta de Inspeção e Perícia Médica no município de Toledo - PR.)

* **Reestruturação da tabela do QPPE** - a criação de vários quadros de pessoal (saúde pública, peritos criminais, agentes fazendeiros e autarquias - ADAPAR), reduziu o QPPE a cerca de 13 mil servidores ativos. Outros segmentos do funcionalismo tiveram avanços salariais significativos, enquanto as tabelas salariais do QPPE (AA, AE e AP) está extremamente desatualizada. Por isso, o SINDISEAB está reivindicando a sua reestruturação.

(Of. 41 - Protocolo 13.257.519-3 - SEAP - Reestruturação das Tabelas Salariais do QPPE (AA, AE e AP).

APOSENTADORIA ESPECIAL

O que é a 33ª Súmula Vinculante?

Em nove de abril de 2014, o Supremo Tribunal Federal aprovou a 33ª Súmula Vinculante, que trata da aposentadoria especial para servidores públicos. O texto registra a interpretação do tribunal para jurisprudência e uniformiza as decisões para casos semelhantes.

O STF decidiu que, enquanto não houver uma lei específica para os servidores públicos, vale o que está na Constituição:

“aplicam-se ao servidor público, no que couber, as regras do Regime Geral de Previdência Social sobre aposentadoria especial de que trata o artigo 40, parágrafo 4o, inciso III, da Constituição Federal, até edição de lei complementar específica.”

As regras do Regime Geral de Previdência Social foram instituídas

pela lei 8.213/91, que dispõe sobre o plano de benefícios da Previdência Social. Em seu artigo 57 determina que:

“a aposentadoria especial será devida, uma vez cumprida a carência exigida nesta Lei, ao segurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme dispuser a lei.”

Para que a atividade do servidor fosse considerada especial, bastava o mero enquadramento em uma das profissões ou que determinado agente nocivo estivesse previsto. Depois da Lei No 9.032, de 28/04/95, o servidor tem que comprovar a efetiva submissão aos agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física.

No entanto, os servidores públicos vêm encontrando dificuldades: ou por

falta de regulamentação; ou porque o órgão público não elabora o laudo a tempo, inviabilizando a comprovação das condições de trabalho da época.

Os associados do SINDISEAB tem o direito a aposentadoria especial, com a conversão e contagem do tempo de serviço insalubre/perigoso, reconhecido pela Justiça. Em agosto de 2009, o sindicato propôs um mandado de injunção - instrumento jurídico que visa garantir o direito quando ainda não há regulamentação específica. Em novembro do mesmo ano, em sentença definitiva, o STF deu ganho de causa ao SINDISEAB. Outros sindicatos também ganharam, mas mesmo assim a ParanaPrevidência ainda não acaudou a decisão.